

O PROCESSO DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO SOCIAL; TRABALHO E SOCIABILIDADE¹

Qual a relação entre os homens e a natureza? O que torna o ser social distinto da natureza? Por que o trabalho é a mediação entre eles? E, finalmente, porque o trabalho se converte em trabalho alienado? Estes são os temas que abordaremos neste texto.

Para compreender a relação entre a sociedade e natureza devemos, inicialmente caracterizá-los. A natureza é composta pelo ser inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (animais e plantas). Assim como as plantas se alimentam do reino mineral, e os animais se alimentam das plantas e dos minerais – os homens apenas podem existir em relação com a natureza: a começar pelo fato de que sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade possível.

Isto é da maior importância: por mais desenvolvida que seja a sociedade, ela sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens – e sem a reprodução biológica – não há história humana. Contudo, o ser social é distinto do mundo natural porque, na esfera da vida a evolução se faz pelo desaparecimento e surgimento de novas espécies de plantas ou animais, a história humana é o surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de relações sociais.

É isto que vai distinguir o mundo dos homens da natureza: a história humana é o desenvolvimento das sociedades mais simples às formações sociais cada vez mais complexas e desenvolvidas. Desde os bandos e tribos mais primitivas, até a moderna sociedade capitalista, o que verdadeiramente se alterou foram as relações sociais, e não o animal biológico *homo sapiens*.

Por que o ser social é tão diferente da natureza, ainda que não possa se reproduzir sem ela?

Para responder a esta questão, vamos examinar um fato comum da vida cotidiana de todos nós.

Imaginemos que alguém tenha necessidade de quebrar um coco. Para tanto, há várias alternativas possíveis: pode jogar o coco ao chão, pode construir um machado, pode abrir o coco com os dentes, pode queimar a casca do coco e assim por diante. Para escolher entre as

¹ Publicado em *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

alternativas deve-se imaginar o resultado de cada uma - ou, em outras palavras, antecipar na consciência o resultado provável das alternativas.

Esta antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita às pessoas escolherem aquela que avaliam como a melhor. Escolha feita, o indivíduo leva-a à prática - ou seja, objetiva a alternativa escolhida.

Vamos imaginar que a alternativa escolhida para quebrar o coco seja a de construir um machado. Ao construir o machado, o indivíduo transformou a natureza: o machado era algo que não existia antes.

Vejamos o que de fato ocorreu:

- 1) há uma necessidade: quebrar o coco;
- 2) há diversas alternativas possíveis para atender à esta necessidade (jogar o coco ao chão, construir o machado, etc.);
- 3) o indivíduo projeta, em sua consciência, o resultado de cada uma das alternativas, as avalia e escolhe aquela que julga mais conveniente para atender à necessidade;
- 4) escolhida a alternativa, o indivíduo age objetivamente, isto é, transforma a natureza e constrói algo *NOVO*. Este movimento de transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominado por Lukács, depois de Marx, por trabalho.

O resultado do processo de trabalho é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma *nova situação*, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada), como também o indivíduo já não é mais o mesmo, pois ele aprendeu algo ao fazer aquele machado. Quando ele for fazer o próximo machado, ele saberá utilizar a experiência e a habilidade adquiridas na construção do machado anterior. Ele poderá também incorporar ao novo machado a experiência de uso do machado antigo (por exemplo, um cabo feito com uma madeira é pior do que o feito com aquela outra, esta pedra é melhor que aquela outra, etc.).

Isto significa que ao construir o mundo objetivo o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam -- pois adquirem sempre *NOVOS* conhecimentos e habilidades. Esta nova situação (objetiva e subjetiva, bem entendido) faz com que surjam novas necessidades (um machado diferente, por exemplo) e novas possibilidades para atendê-las (o indivíduo possui conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente e, além disso, possui um machado para auxiliá-lo na construção do próximo machado).

Estas novas necessidades e novas possibilidades impulsionam o indivíduo a novas prévias ideações, a novos projetos e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão

origem a novas situações que farão surgir novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim por diante.

Três aspectos deste processo são decisivos para a compreensão do que é o mundo dos homens:

1) O machado é um objeto construído pelo homem e apenas poderia existir através do trabalho. A natureza pode produzir milho, mas não pode construir machados.

2) Contudo, o machado é uma transformação de um pedaço da natureza. A madeira e a pedra do machado continuam sendo um pedaço da natureza. Se desmancharmos o machado, a pedra e a madeira continuam pedra e madeira. O machado é a pedra e a madeira organizadas segundo uma determinada forma -- e esta forma só pode existir como resultado de trabalho. O trabalho, portanto, não implica no desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelos homens.

3) A prévia ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, à uma necessidade concreta. Portanto, ela possui um fundamento material último que não pode ser ignorado: nenhuma prévia ideação brota do nada, ela é sempre uma resposta à uma dada necessidade que surge em uma situação determinada. Ela é sempre determinada pela história humana.

4) Como todo trabalho origina uma *nova situação*, a história jamais se repete.

5) E, por fim, algo da maior importância: o homem, ao transformar a natureza, também se transforma. Quando os homens constroem a realidade objetiva, eles também se constroem enquanto indivíduos. Ao fazer o machado, o indivíduo também se desenvolveu, adquiriu conhecimentos e habilidades que antes não possuía.

Conceitos chaves:

prévia ideação ou teleologia: a construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação.

objetivação: a transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação.

trabalho: processo composto pela prévia ideação e pela objetivação. Resulta, sempre, na transformação da realidade e, ao mesmo tempo, do indivíduo e sociedade envolvidos.

Questões para reflexão:

O que distingue a história humana da história da natureza?

O que é prévia ideação ou teleologia?

O que é trabalho?

Por que o trabalho sempre produz necessidades e possibilidades novas?

O homem, ao construir um objeto, também se constrói. Por que?

A Reprodução Social

Já vimos que a construção do machado cria uma *nova* situação. Ela modifica a realidade, produzindo um novo objeto e, também modifica o indivíduo, dotando-o de novos conhecimentos e habilidades.

Examinemos mais de perto esse complexo processo. Quando o indivíduo, lá na pré-história, decidiu fazer o machado, ele tinha um objetivo muito determinado: abrir o coco. E isto ele conseguiu fazer. Contudo, ele, de fato, fez muito mais do que quebrar o coco. Ao descobrir o machado ele deu um passo importantíssimo no desenvolvimento das forças produtivas. E este desenvolvimento, milhares de anos após, possibilitou aos homens a construção de naves espaciais e viagens interplanetárias. Ao fazer o machado, aquele homem primitivo estava fazendo algo muito maior: estava dando um passo decisivo no desenvolvimento das capacidades humanas em transformar a natureza nos bens necessários ao desenvolvimento da humanidade.

De modo semelhante, ao decidir construir o machado ele não poderia saber antecipadamente quais os novos conhecimentos e habilidades que ele adquiriria no processo. Contudo, estes novos conhecimentos e habilidades, se imediatamente úteis para a construção de machados, terminam por ter uma utilidade muito maior. Por exemplo, a descoberta que as pedras negras são mais duras que as pedras vermelhas significa um conhecimento maior do reino mineral e pode servir, em outras circunstâncias, para construir uma casa de pedra – ou para um maior conhecimento da natureza enquanto tal.

É assim que, ao longo de séculos, os conhecimentos e habilidades que vão sendo adquiridos no trabalho terminam por dar origem aos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, etc., muito mais sofisticados, complexos e bastante distantes daqueles conhecimentos mais primitivos que estão em suas origens.

Em poucas palavras: todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas conseqüências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade.

É deste modo que, nas tribos primitivas, os atos isolados de coleta de alimentos terminaram por dar origem às sofisticadas técnicas de caça e pesca coletivas, que envolvem uma organização e coordenação muito mais desenvolvida dos atos de cada indivíduo. E, com o aparecimento da agricultura, que possibilita, pela primeira vez na história, a um indivíduo produzir mais do que necessita para sua sobrevivência (produção excedente), torna-se lucrativa a exploração do homem pelo homem. O trabalho, agora, não mais será realizado por todos os membros da sociedade, mas terá uma classe social (a primeira delas foi a dos senhores de escravos) que explorará o trabalho da classe trabalhadora (a primeira delas foi a dos escravos). Sobre esta questão voltaremos a seguir, ao tratar da relação entre trabalho e alienação. Agora o importante é que, nestas novas condições históricas, para que o trabalho possa se realizar é necessário um exército que obrigue os escravos a trabalharem, um Estado que forme e mantenha este exército, uma ideologia que justifique a exploração dos escravos; enfim, para que o trabalho possa se realizar é necessário uma série de complexos sociais que não mais se relacionam com o trabalho senão de modo muito indireto.

É assim que, ao longo da história dos homens, o processo reprodutivo das sociedades se complexifica à medida em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas. Se, no estágio mais primitivo, o trabalho que converte a natureza nos bens necessários à reprodução social era realizado por todos e de forma bastante direta; nas sociedades mais desenvolvidas esta situação se transforma radicalmente. É assim que, nas sociedades divididas em classes (isto é, naquelas em que uma classe social explora o trabalho de outra), o trabalho apenas pode se realizar se houver um poder que obrigue os indivíduos a produzirem e entregarem o fruto do seu trabalho à outra classe.

Em outras palavras, sem deixar de ser o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, o ato de trabalho passa a ser também (mas não, apenas) uma relação de poder entre os homens. E, quando isso ocorre, é imprescindível uma série de complexos sociais que serão os portadores práticos desse poder de alguns indivíduos sobre os outros. É por isso que surgem, se desenvolvem e se tornam cada vez mais importantes para a reprodução social, complexos como o Estado, a política, o Direito, etc.

Por serem decisivos para que a exploração do trabalho venha a se realizar, nem por isso estes complexos se confundem com o trabalho enquanto tal. E isto, fundamentalmente, porque no trabalho temos sempre a relação dos homens com a natureza, enquanto que no Direito, na política, no Estado, etc., temos sempre a relação dos homens entre si. No trabalho, o objetivo, sempre, é transformar a realidade material; já nestes outros complexos sociais, o objetivo é

promover uma dada organização das relações sociais, uma dada organização dos homens. E isto faz uma enorme diferença na prática concreta de cada um, assim como sua relação com a totalidade da reprodução social.

Em suma: todo ato de trabalho resulta em conseqüências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social.

Na esfera da reprodução social, as novas necessidades e possibilidades geradas pelo trabalho vão dar origem a novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais. A fala, o Direito, o Estado, a ideologia (com suas formas específicas, como a filosofia, a arte, a religião, a política, etc.), os costumes, etc., etc., são complexos sociais que surgem para atender às novas necessidades e possibilidades, postas pelo trabalho, para o desenvolvimento dos homens.

Estes novos complexos sociais não se confundem com o trabalho, embora com ele se relacionem constantemente. Enquanto o trabalho visa a transformação da realidade para a produção dos bens necessários à reprodução material da sociedade, os outros complexos sociais buscam ordenar as relações entre os homens. Nisto eles são radicalmente diferentes.

Conceitos chaves:

Complexo social: conjunto de relações sociais que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo. Assim, a função social da fala (expressar o novo incessantemente produzido pelo trabalho tanto na consciência dos indivíduos como na comunicação indispensável entre eles) é distinta da função social do Estado (instrumento especial de repressão da classe dominante voltado à realização da exploração da força de trabalho das classes dominadas). Neste sentido preciso, o Estado é um complexo social distinto da fala.

Questões para reflexão:

O que é a reprodução social?

O que distingue trabalho e reprodução social?

O que articula trabalho e reprodução social?

Trabalho e totalidade social

Podemos agora perceber em que medida os homens se distinguem da natureza. Ao contrário desta, a história dos homens é a história da origem e desenvolvimento das formas de organização social. Estas formas surgem e se desenvolvem porque todo ato de trabalho produz muito mais que o objeto que dele resulta imediatamente. Ele produz, no plano objetivo, uma nova situação histórica e, no plano subjetivo, novos conhecimentos e habilidades que vão se tornando cada vez mais socializados com o passar do tempo.

Com isto se desenvolve a capacidade humana em transformar a realidade (se desenvolvem as forças produtivas, seus modos de organização social, a divisão das novas tarefas que vão surgindo se faz cada vez mais sofisticada e complexa, etc.) A sociedade vai deixando de ser aquela formação mais simples do início da história humana para adquirir uma forma cada vez mais complexa, articulada e contraditória.

Mas não apenas isso. Também os indivíduos vão se desenvolvendo. Pois, para viverem em situações sociais crescentemente complexas, para viverem em uma sociedade cada vez mais sofisticada, contraditória e desenvolvida, os indivíduos também devem ser cada vez mais desenvolvidos. Eles devem possuir conhecimentos, habilidades, sensibilidades, etc., que não necessitavam antes. Por exemplo, há poucos séculos, saber ler e escrever era um luxo das classes dominantes, hoje uma necessidade para qualquer um de nós. Antes, saber contar até dez era suficiente para se viver bem, hoje quem não souber contar até os milhares (pelo menos) não saberá viver em nossa sociedade. E assim por diante.

Portanto, é no trabalho que os homens se constroem como um ser diferente da natureza. É pelo trabalho que eles não apenas produzem os bens necessários à sua sobrevivência, como ainda produzem, ao mesmo tempo, as novas necessidades e possibilidades, e as novas habilidades e conhecimentos dos indivíduos, que possibilitarão a história a caminhar em direção à construção de sociedades cada vez mais complexas.

Contudo, a sociedade de modo algum se reduz ao trabalho. Pois as próprias novas necessidades produzidas pelo trabalho dão origem a complexos sociais que não mais fazem parte do trabalho enquanto tal. Um exemplo disso são as classes sociais. Elas se desenvolvem a partir das possibilidades de exploração do homem pelo homem dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento este, como vimos, que é gerado pelos novos conhecimentos, habilidades, necessidades e possibilidades geradas no próprio trabalho).

Contudo, a luta de classes é algo muito mais amplo que o trabalho, embora ocorra também nesta esfera. A luta de classes possui um componente político, ideológico, cultural, possui formas de embate social (barricadas, greves, manifestações públicas, revoluções, etc.) que de modo algum podem ser reduzidas ao trabalho. Assim, se trabalho distingue o homem da natureza (e, neste sentido, funda o ser social), de modo algum podemos reduzir toda a sociedade ao trabalho. O conjunto total das relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico, é denominado de totalidade social.

Conceitos chaves:

Totalidade social: o conjunto de todas as relações sociais que sintetizam uma dada formação social. Ela é sempre expressão do desenvolvimento histórico passado, da realização de algumas das potencialidades e possibilidades do passado no presente e, também, campo de possibilidade e desafios para o desenvolvimento futuro.

Questões para reflexão:

1) Qual a relação entre trabalho e totalidade social? Por que o trabalho funda o ser social, mas a sociedade nunca se reduz ao trabalho?

Trabalho e Alienação

O desenvolvimento do mundo dos homens, fundado pelo trabalho, -- com o inevitável aumento do conhecimento dos homens de si próprios e da natureza -- possibilitou, através de um processo histórico que não podemos aqui explorar, o descobrimento da agricultura e da pecuária. Com a agricultura e a pecuária, pela primeira vez na história, os homens (individual e coletivamente) passaram a produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Antes não tinha sentido escravizar alguém. Sua produção era tão pequena que mal dava para a alimentação do próprio indivíduo. Mais vantajoso era transformá-lo em comida e, por isso, durante muitos anos as sociedades primitivas conheceram a antropofagia.

Com a produção excedente (isto é, maior do que a estritamente necessária para a reprodução do indivíduo), passa a ser mais vantajoso transformar o prisioneiro (por exemplo) em escravo do que devorá-lo. Claro que esta transformação implicava um ato de força sobre o prisioneiro: este só trabalharia como escravo sob a pressão direta da violência. A partir deste momento histórico, a sociedade estava dividida entre duas classes: a que trabalha e produz a

riqueza que será apropriada pela outra classe. Com isto surge o trabalho alienado, ou seja, o trabalho cuja razão de ser não mais é a necessidade do trabalhador, mas sim o desenvolvimento da riqueza da classe dominante.

Com a alienação do trabalho, a reprodução social passa a conhecer uma nova categoria, que não conhecia anteriormente (pelo menos, não nesta forma mais desenvolvida). O homem passa a desdobrar relações sociais de exploração, a vida social é cada vez mais baseada na violência que possibilita que uma classe viva do trabalho (e da miséria, portanto) da outra; em suma, os homens passam a produzir a sua própria desumanidade. A alienação nada mais é que isto: a desumanidade socialmente produzida pelos próprios homens.

Façamos uma pausa para tirarmos algumas importantes conclusões.

Vimos como, pela mediação do trabalho, os homens, ao transformarem a natureza transformam, também, a si próprios, dando origem a um complexo processo de desenvolvimento das capacidades humanas. Os homens (tanto os indivíduos como as sociedades) aumentam a sua capacidade de produzir os bens materiais à sua sobrevivência dependendo um tempo cada vez menor de trabalho com esta finalidade. É o que, de forma mais genérica, se denomina desenvolvimento das forças produtivas. Estas, no seu conceito mais amplo, são compostas por todas as potências humanas empregados na produção dos bens indispensáveis à reprodução de uma dada sociedade (desde as técnicas, ferramentas, divisão social do trabalho, até os conhecimentos, ciência, ideologia, direito, etc. que eventualmente adentrem ao processo produtivo-material). Este é o aspecto, digamos assim, "positivo" do desenvolvimento social.

Há, contudo, um segundo e "negativo" aspecto. O desenvolvimento das forças produtivas amplia a capacidade de os homens produzirem desumanidades. No limite, e para citarmos um caso extremo (mas nem por isso menos real), o mesmo desenvolvimento das forças produtivas que possibilitou a eliminação da varíola da face da Terra – ou a construção de naves espaciais – também possibilitou que a humanidade construísse bombas atômicas e, com elas, a possibilidade inédita na história da auto-destruição deliberada e planejada da humanidade.

Em resumo, o desenvolvimento das forças produtivas possui um aspecto "positivo" e um "negativo". O "positivo" é aquele que possibilita o desenvolvimento humano, tanto dos indivíduos como das sociedades, para novos patamares. O "negativo" é o que potencializa a capacidade de o homem produzir desumanidades que podem ser cada vez mais intensas e englobar de forma cada vez mais completa as relações sociais. Este aspecto "negativo" compõe o complexo social denominado de alienação.

Conceito chave:

1) forças produtivas: todas as relações sociais que entram no processo de reprodução material da sociedade. Incluem não apenas a dimensão imediatamente técnica, os elementos materiais da produção (ferramentas, fábricas, etc.) mas também a divisão social do trabalho e os elementos de ideologia, política, direito, costumes, etc.

2) alienação: processo social pelo qual a humanidade, no seu processo de reprodução, produz sua própria desumanidade, sua própria negação enquanto ser humano. É a construção social de desumanidades pelos próprios homens.

Este conceito é objeto de alguma confusão, também, porque, no Brasil, ele é denominado de várias maneiras. Alguns autores, Ricardo Antunes, por exemplo, preferem o termo estranhamento para designar o que aqui denominamos alienação. Já José Paulo Netto tem preferido o termo alienação ao invés de estranhamento. O importante é o leitor ter em mente que ambos estão se referindo ao mesmo fenômeno social, e que apenas estão traduzindo de forma diferente o termo *Entfremdung* utilizado por Marx e Lukács para designar a produção pelos homens de sua própria desumanidade.

Questões para reflexão:

- 1) O que são forças produtivas?
- 2) Quais as duas tendências que predominam no desenvolvimento das forças produtivas em direção à formas cada vez mais elevadas de sociedades?
- 3) O que é alienação?
- 4) O que caracteriza o trabalho alienado?

Trabalho assalariado ou trabalho alienado pelo capital

Com o desenvolvimento das relações de exploração do homem pelo homem, também o trabalho se transforma.

E esta transformação ocorre não apenas porque se alteram a divisão do trabalho, o desenvolvimento das técnicas e métodos de organização da produção, dos conhecimentos e adestramentos dos trabalhadores. Claro que tudo isso tem um papel importante no surgimento e desenvolvimento de formas novas de trabalho. Contudo, a transformação mais importante do trabalho enquanto tal é que, na sociedade cuja reprodução se baseia na exploração do homem pelo homem, ele deixa de ser a expressão das necessidades do trabalhador para expressar as

necessidades de acumulação de riqueza da classe dominante. Este processo atinge seu apogeu com a sociedade do capital.

Esta transformação do trabalho provoca uma ruptura no seu próprio interior. Antes, o trabalho expressava a prévia ideação do trabalhador. Agora, o trabalhador executa as ordens (prévias ideações) do seu patrão. O ato de trabalho deixa de ser algo que, do início ao fim, expressava uma dada necessidade (por exemplo, quebrar o coco), uma determinada escolha (por exemplo, construir o machado para quebrar o coco) de um indivíduo determinado, -- para ser a expressão de uma escolha feita por um indivíduo e levada a prática por outro, com a finalidade de dar lucro ao patrão que não trabalhou. E o trabalhador que executa a ordem do capitalista o faz como resultado de uma coação: a única forma de o trabalhador sobreviver sob o capital é vender sua força de trabalho, em troca de um salário, ao burguês.

O trabalho assalariado, portanto, não pode deixar de ser um trabalho alienado, independente do valor do salário. Ele implica na submissão forçada do trabalhador às necessidades de reprodução ampliada do capital. E como as necessidades de ampliação do capital requerem que o trabalho seja cada vez mais explorado, não há como uma sociedade pautada pela relação capital/trabalho assalariado se transformar em uma sociedade não-alienada – a não, ser, claro, que supere o próprio capital.

Em outras palavras, todo ato de trabalho nas sociedades dominadas pelo capital é mediado pela contradição entre as classes burguesa e proletária. Pois, agora, há dois momentos distintos do trabalho que são exercidos por indivíduos diferentes, e que pertencem a distintas classes sociais: ao trabalhar, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumento para a execução das necessidades de outrem. Ele entra no processo produtivo enquanto uma coisa, enquanto mera energia mecânica a ser gasta no processo produtivo: enquanto mera força de trabalho. Sua necessidades humanas são completamente desconsideradas. É assim que o trabalho se converte em trabalho assalariado/alienado pelo capital.

Em resumo, nas sociedades de classe em geral, mas em especial no sistema do capital, o trabalho se converte em um processo no qual o desenvolvimento das forças produtivas implica, também (portanto, não apenas), a produção da riqueza da classe dominante e da miséria dos trabalhadores.

Vejamos agora um outro aspecto dessa relação alienada entre o capital e o trabalho.

O capital se caracteriza por ser uma forma de propriedade privada na qual a riqueza produzida pelo trabalho é apropriada não pelos trabalhadores, mas sim por indivíduos de uma

outra classe social. Nisto o capital não é muito diferente das propriedades escravista e feudal. Contudo, diferente destas últimas, o capital é uma forma de propriedade privada que não pode deixar de se expandir. Diferente da propriedade feudal, ou da propriedade de escravos, que poderia permanecer por séculos sem alterações significativas, o capital é uma forma de riqueza que apenas pode existir se servir para fazer "negócios" cada vez mais lucrativos.

É o que o senso comum exprime ao dizer "dinheiro atrai dinheiro". De fato, o capital só pode existir se expandindo através de novos negócios, caso contrário ele perde rapidamente seu valor. Este fato faz com que a nova classe que surge como sua proprietária, a burguesia, imponha ao desenvolvimento social uma grande novidade. A reprodução da sociedade se dará agora em sentido oposto ao do que ocorria no feudalismo. Seu objetivo não mais será reproduzir o que já existia, mas desenvolver a novos níveis o já existente. Assim, partindo de um pequeno comércio no interior da Europa, a burguesia expande incessantemente o comércio até que, com as Grandes Navegações nos séculos XV e XVI (com Pedro Álvares Cabral, Cristóvão Colombo, Fernão de Magalhães e outros), ela faz surgir o mercado mundial. E, com a acumulação de capital que comércio mundial possibilita, a burguesia termina realizando a Revolução Industrial (1776-1830) dando origem à sociedade industrial que conhecemos.

Não podemos nos deter na história desse desenvolvimento histórico. O que a nós é importante, aqui, é salientar que, tal como trabalho é alienado ao capital ao se converter em trabalho assalariado, também a reprodução social passa por um processo de alienação ao se identificar com a reprodução do capital. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o capital só pode se expandir aumentando a exploração dos trabalhadores e, portanto, aumentando a miséria. Em segundo lugar, como as necessidades da reprodução ampliada do capital não se identificam com as necessidades humanas, cada vez mais a sociedade produz não o que as pessoas necessitam, mas o que dá lucro. Ao invés de eliminarmos a fome e a miséria, gastamos trilhões de dólares fabricando bombas atômicas e realizando guerras! Assim, a produção ampliada do capital é cada vez mais a produção ampliada de desumanidades, de alienações, pelo próprio homem.

Conceitos chaves:

1) Sociedade capitalista: aquela cuja reprodução social é dominada pela expansão do capital. Esta expansão se dá tanto no sentido do volume de riqueza acumulado, como também no sentido geográfico do termo: o capital termina por se tornar a forma básica da relação social em todo o planeta com o surgimento e desenvolvimento do mercado mundial.

2) Capital: uma relação social que se caracteriza pela expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores dando origem a uma forma de propriedade privada que se distingue das outras formas anteriores pela sua necessidade intrínseca de expansão. Ao capital é impossível qualquer reprodução que não seja a sua reprodução ampliada.

Questões para reflexão:

1) O que difere a reprodução da sociedade capitalista da reprodução das sociedades feudal e escravista?

2) O que é o capital? O que é o trabalho assalariado?

3) Por que a reprodução ampliada do capital se identifica, hoje, com a produção crescente de desumanidades pelo próprio homem?

Conclusão

Os homens, portanto, se relacionam com a natureza através do trabalho. Contudo, diferente do que ocorre com os animais e as plantas, com os homens a relação com a natureza através do trabalho termina produzindo muito mais do que a finalidade imediata do trabalho. Ao produzir um machado, o homem também está produzindo possibilidades e necessidades que são muito mais amplas e ricas que o próprio machado. Para atender a estas novas necessidades a partir das novas possibilidades a sociedade vai desenvolvendo suas forças produtivas, suas capacidades, enquanto sociedade, para atender às novas exigências para a sua reprodução social. E, ao mesmo tempo, este desenvolvimento social possibilita e requer o desenvolvimento dos próprios indivíduos enquanto tais. Este desenvolvimento dos indivíduos é um momento do processo mais global de desenvolvimento da sociedade como um todo.

É assim que, do trabalho, se desenvolve o rico processo de reprodução social. Para atender às novas necessidades segundo as novas possibilidades, o desenvolvimento social origina complexos sociais novos, diferenciados, que não mais podem ser caracterizados enquanto trabalho, ainda que tenham a sua origem e se relacionem de algum modo com ele.

É assim que, pelo desenvolvimento das forças produtivas, não apenas temos o desenvolvimento do trabalho enquanto tal. Como vimos, este desenvolvimento também conduz às sociedades de classe, aquelas que se fundam na exploração do homem pelo homem. Estas sociedades, para se reproduzirem, exigem a presença de inúmeros complexos sociais, como o Estado, o Direito, a polícia, o exército, a burocracia, etc., que têm por função social impor aos

trabalhadores o domínio da classe dominante. Do mesmo modo, as lutas de classe, por exemplo, determinam em larga medida a forma que assume o trabalho alienado em cada época histórica e, contudo, não podem ser caracterizadas como trabalho.

A centralidade do trabalho, tal como proposta por Marx, nada tem a ver com estas concepções. Para o autor de *O Capital*, o trabalho é a categoria que funda o desenvolvimento do mundo dos homens como uma esfera distinta da natureza. Afirmar o trabalho como categoria fundante significa apenas e tão-somente isto: o trabalho funda o mundo dos homens. Contudo, a reprodução deste mundo, a sua história, apenas é possível pela gênese e desenvolvimento de relações sociais que vão para além do trabalho enquanto tal. Pois, como o trabalho não é apenas a relação do homem com a natureza, mas também a relação dos homens entre si no contexto da reprodução social, o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante (ainda que contraditório) das próprias relações sociais. E estas, por sua vez, precisam da mediação de complexos como a ideologia, a filosofia, a arte, a educação, a sexualidade, a alimentação, o Estado, o Direito, a política, etc., para citarmos apenas alguns.

É por isso que afirmar a centralidade do trabalho, para Marx, não significa desconsiderar a ação na história dos outros complexos sociais. Pelo contrário, apenas sendo, em última análise, fundados pelo trabalho, é que os complexos sociais distintos do trabalho podem interagir com ele, consubstanciando o complexo processo de desenvolvimento dos homens que é a reprodução social.

E também é por isso que os pensadores (e eles não são poucos) que tendem a reduzir o mundo dos homens ao trabalho (ou, inversamente, tendem a generalizar o trabalho até transformá-lo na única forma de praxis social) terminam por produzirem teorias que não refletem o que o ser social possui de mais característico se comparado com a natureza: ser um complexo no qual a centralidade do trabalho se afirma pela criação, ao longo da história, de complexos sociais que não mais se identificam com o trabalho. É por isso, por exemplo, que a liberdade é uma categoria presente apenas no ser social, sendo completamente ausente da natureza. Só pelo desenvolvimento das forças produtivas, fundado pelo trabalho, podemos reduzir o tempo necessário à reprodução material da sociedade e, deste modo, abrir espaço para um tempo disponível à liberdade, no qual efetivamos -- não as necessidades da reprodução material -- mas nossas autênticas necessidades enquanto indivíduos plenamente sociais.

É este conjunto de características que fazem o ser social algo tão radicalmente distinto da natureza.

Referências bibliográficas recomendadas:

1. Sobre a centralidade do trabalho:

Marx, K. *O Capital*. Vol. I, Tomo I, Capítulo V. Neste texto temos a definição clássica de trabalho no Marx de maturidade. (Há várias edições disponíveis no Brasil, todas aceitáveis. Tenho utilizado, com alguma ressalva, o texto publicado pela Abril Cultural, S. Paulo, 1983.).

Marx, K. *Manuscritos de 1844*. Temos aqui as reflexões também clássicas das formulações do jovem Marx a respeito do trabalho e do trabalho alienado. Há uma edição lamentável em português, que deve ser evitada, a das edições 70 de Portugal. Há uma boa tradução do terceiro Manuscrito na coleção Os Pensadores, da Abril Cultural.

Lessa, S. *A Ontologia de Lukács*. Edufal, 1996. Uma exposição introdutória da Ontologia de Lukács. Possui capítulos dedicados ao trabalho e à reprodução social.

Macedo, G. Serviço Social e a categoria Trabalho. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPE, 1999. Os dois primeiros capítulos fazem uma discussão muito rica acerca da distinção entre os atos de trabalho e as outras relações sociais que compõem a reprodução social. Texto simples, direto e bastante rico.

Alcântara, N. A categoria do Estranhamento em Lukács. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPB, 1998. Uma discussão esclarecedora do fenômeno da alienação, com uma exploração muito precisa dos momentos da prévia ideação e objetivação.

Lukács, G. 'O Trabalho', 'A reprodução' e 'A Ideologia' in *Para uma Ontologia do Ser Social*. São os textos, já traduzidos para o português, dos capítulos de mesmo nome desta obra de Lukács. São indicados para aqueles que querem se aprofundar no tema e podem ser obtidos, junto com bibliografia complementar, junto ao Centro de Documentação Lukács da Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas.

2. Sobre a relação trabalho e alienação

Huberman, L. *História da Riqueza do Homem*. Ed. Forense, Rio de Janeiro. Obra já na 22ª edição no país, é a melhor introdução histórica da passagem da sociedade feudal ao capitalismo. Seus capítulos sobre a ex-União Soviética são o ponto fraco do texto. Deverá ser lido por todos os que não o fizeram.

Marx, K. *Salário, Preço e Lucro*. Temos várias edições no país, todas aceitáveis. É o texto de uma palestra feita por Marx para sindicalistas ingleses. Se a discussão dos primeiros parágrafos se refere diretamente à questões sindicais específicas dos ouvintes, a evolução do texto nos remete ao núcleo decisivo da concepção marxiana da relação entre trabalho e capital.

Engels, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Várias edições em português. A parte propriamente antropológica está superada pelo século e meio de investigações deste a sua publicação. Contudo, suas teses centrais acerca da relação entre a gênese da propriedade privada, da família patriarcal e do Estado foram confirmadas *in totum* por estas mesmas investigações. Um texto que ainda vale, e muito, ser lido.

Mészáros, I. *O conceito de alienação em Marx*. Ed. Zahar, 1980. Edição esgotada há vários anos, este texto de Mészáros já se transformou em um clássico na discussão da relação entre trabalho, reprodução social e alienação. Pode ser encontrado nas principais bibliotecas do país. A tradução, contudo, é lamentável, deixando de fora parágrafos inteiros do texto original.